

Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA.

Ref.: Pregão Eletrônico (SRP) n. 11/2022.

SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o nº 04.744.134/0001-78, com sede no Setor SIA Trecho 08, s/n, Lotes 145/175, Zona Industrial do Guará, CEP 71.205-080, Brasília/DF, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no item 11 do EDITAL, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra o ato que habilitou a empresa AMAZON INFORMÁTICA LTDA, CNPJ n.º 00.734.255/0001-88, requerendo que, após o processamento das medidas administrativas de praxe, sejam as razões em anexo encaminhadas à autoridade competente.

Termos em que pede deferimento.

Brasília-DF, 14 de julho de 2022.

Alessandro de Souza Queiroz
CEO da SOS Docs

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A)

I. DOS FATOS.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, publicou o edital do Pregão Eletrônico nº 11/2022 (SRP) visando a contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviços de tratamento técnico arquivístico e digitalização, de forma a preservar e garantir o acesso ao patrimônio documental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, conforme condições, quantidades e requisitos previstos no Edital e seus anexos.

A sessão pública para a abertura das propostas e realização da fase de lances do referido Pregão Eletrônico foi realizada através do sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, em 07 de julho de 2022.

Para participação no certame, o Edital fez várias exigências quanto ao atendimento dos requisitos de habilitação técnica.

Ocorre que a empresa declarada vencedora não comprovou que já tenha executado, de forma satisfatória, todos os serviços que compõem o objeto da presente licitação, conforme exigido no item 21.10 do Edital, o qual exige a apresentação de atestados de capacidade com comprovação de quantidades mínimas de execução para os itens que compreendam, simultaneamente, as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado.

Desse modo, a empresa AMAZON não deveria ter sido declarada vencedora, uma vez que os referidos documentos são requisitos fundamentais exigidos na fase de habilitação e que devem ser apresentados preliminarmente, não cabendo qualquer tipo de convalidação posterior.

Assim, requer seja declarada a empresa AMAZON inabilitada, porquanto deixou de atender aos requisitos exigidos pelo Edital em fase de habilitação técnica.

II. DO MÉRITO.

(i) Do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório. Da falta de comprovação de execução dos serviços que compõem o objeto da licitação, exigência do item 21.10 do Edital.

Como é de amplo conhecimento dessa Ilustre Comissão de Licitação, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório é o corolário do Princípio da Legalidade e da Objetividade das Determinações

Habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva. Ou seja, os licitantes devem seguir fielmente o que for disposto no edital no momento da habilitação. Pelo referido princípio, impede-se que haja qualquer interpretação subjetiva do edital e que possa vir a favorecer um concorrente, prejudicando os demais.

Sendo assim, conforme dispõe o art. 41 da Lei n. 8.666/93, a Administração está estritamente vinculada ao instrumento convocatório, não podendo se distanciar de suas regras objetivas, sob pena de incorrer em ilegalidade. Vejamos o que prescreve o referido artigo:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

É nesse sentido que leciona o ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles, dizendo que: "O edital é a lei interna da licitação e "vincula inteiramente a Administração e os proponentes" (MEIRELLES, Hely Lopes. "Direito Administrativo Brasileiro", 30a ed., SP: Malheiros, p. 283).

Ora, se o Edital é lei interna da licitação e o mesmo prevê que os licitantes devem apresentar, previamente, os documentos exigidos na fase de habilitação, não é admissível que o licitante seja habilitado mesmo não tendo juntado a documentação capaz de atender tais requisitos. É imprescindível a juntada e comprovação prévia de atendimento completo dos requisitos estabelecidos pelo instrumento convocatório.

Observe, aliás, que essa vinculação não atinge somente a Administração, mas é regra imposta também aos licitantes, conforme leciona a ilustre doutrinadora Licínia Rossi, a qual menciona que: "O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas" (CORREIA DIAS, Licínia Rossi. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva: Saraiva, 2015, p. 530).

Dessa forma, os licitantes estão estritamente vinculados aos termos do Edital e do Termo de Referência que o acompanha, devem atender aos requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação.

Por ser lei interna da licitação, as imposições constantes do Edital e Termo de Referência devem ser observadas e cumpridas à risca, não sendo possível qualquer tipo de relativização. Isso porque a observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade.

Nesse limiar, ocorre que a decisão que declarou a Recorrida vencedora vai na contramão das disposições do Edital, contrariando, portanto, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, devendo ser prontamente revisada.

Isso porque há flagrantes equívocos quanto à documentação da empresa, de modo que a mesma não conseguiu comprovar que já tenha executado, de forma satisfatória, todos os serviços que compõem o objeto da presente licitação, conforme exigido no item 21.10 do Edital.

Feita uma análise detalhada dos documentos apresentados pela empresa habilitada, foi possível identificar as seguintes inconsistências que incorrem na imediata inabilitação da empresa AMAZON, vejamos:

1ª Inconsistência:

A empresa enviou 10 (dez) atestados, sendo que apenas um deles está com o CNPJ da empresa que participou dos lances, confira os atestados:

- Atestado Amazon - IFAP 2021_07_22
- Atestado Amazon - Yamada 2010_12_18_ocr
- ATESTADO DE CAPACIDADE LABORATORIO RUTH BRAZAO
- ATESTADO DE CAPACIDADE R REQUINTE
- Atestado IGEPREV 2022
- Atestado SEMAS 2019_08
- Atestado TCM-PA 2018assinado
- Atestado TCM-PA 2019_10_01
- ATESTADO Y.YAMADA SA COMERCIO E INDUSTRIA
- Atestado_Detrarn_ACassinado_2018-10-15 18.32.27

ATENÇÃO: Aqui nesta 1ª Inconsistência é importante trazer à tona algumas observações importantes e que precisam ser objeto de alerta por essa Ilustre Comissão de Licitação. É o caso dos atestados apresentados por pessoa jurídica distinta. Como é do conhecimento de Vossas Senhorias, os atestados de capacidade técnica profissional é o documento que atesta/comprova a experiência que a empresa em si possui na execução de determinado objeto.

Portanto, não é por meio de uma mera incorporação que se torna possível transferir o acervo técnico para outra empresa com objeto social distinto e estrutura organizacional diferente da empresa detentora dos atestados. Para exemplificar isso, vejamos o julgado do TCU, no qual enfrenta situação idêntica a essa da empresa AMAZON, vejamos:

“TCU (TC 003.334/2012-0)

Admitir que a transmissão de experiência ocorresse a partir de um ato negocial de cessão de acervo técnico é o mesmo que aceitar, numa extrapolação do fato ocorrido, que uma empresa com 50 anos de experiência na execução de obras, possa, mediante a simples assinatura de um ato de alienação de atestados, ou, de forma similar, mediante a subscrição integral de ações, transformar 5 empresas recém criadas em 5 empresas com 10 anos de experiência, aptas a participar de licitações públicas no dia seguinte ao negócio jurídico realizado, e daí competir com outras empresas que demoraram um longo período de tempo para adquirir experiência na execução do objeto licitado. Tal interpretação, por conduzir ao absurdo, deve, portanto, ser rechaçada.”
(...)

Desse modo, não é crível aceitar a utilização dos referidos atestados para participação neste certame, isso porque não seria justo aceitar que uma empresa que não possui expertise no objeto da licitação, participe incorporando-se a outra empresa para se utilizar dos seus atestados de capacidade técnica.

Assim, é ponto de atenção dessa Ilustre Comissão de Licitação, porquanto deve imediatamente declarar inabilitada a empresa AMAZON, haja vista não possuiu qualificação e capacidade técnica para assumir o projeto decorrente deste certame licitatório.

Visto isso, voltamos às inconsistências dos atestados:

2ª Inconsistência:

O atestado denominado “IGEPREV 2022” está corrompido, não sendo possível a análise do mesmo, razão pela qual cabe à AMAZON informar quais os serviços e quantidades atestadas por ele.

3ª Inconsistência:

O atestado “IFAP 2021_07_22” atesta que a empresa prestou serviços de digitalização de documentos de Assentamento Funcional Digital, que o volume digitalizado foi de 166.531 imagens, porém não menciona o tamanho do papel digitalizado, de modo que, por se tratar de documentos de Assentamento Funcional, infere-se, portanto, que o tamanho seja A4 e/ou A3.

4ª Inconsistência:

O atestado “Yamada 2010_12_18_ocr” atesta que a empresa prestou serviços na área de administração, manutenção, assistência técnica e de suporte a usuários de soluções de TI, que o volume digitalizado foi de 13.000.000 imagens, porém não menciona o tamanho do papel digitalizado, de modo que, pela quantidade, infere-se que o tamanho seja A4 e/ou A3.

5ª Inconsistência:

O atestado “LABORATORIO RUTH BRAZAO” atesta que a empresa prestou serviços na área de impressão distribuída e gestão documental, menciona que a empresa prestou serviços de digitalização, mas não atesta quantidades e tamanhos.

6ª Inconsistência:

O atestado “R REQUINTE” atesta que a empresa prestou serviços na área de impressão distribuída e gestão documental, menciona que a empresa prestou serviços de digitalização, mas não atesta quantidades e tamanhos.

7ª Inconsistência:

O atestado “SEMAS 2019_08” atesta que a empresa prestou serviços de modernização, gestão e recuperação de documentos, atesta que o volume digitalizado foi de 8.000.000 imagens, porém não menciona o tamanho do papel digitalizado, de modo que, pela quantidade, infere-se que o tamanho seja A4 e/ou A3.

8ª Inconsistência:

O atestado “TCM-PA 2018_assinado” atesta que a empresa prestou serviços de modernização tecnológica e apoio aos processos [...], atesta que o volume digitalizado foi de 2.200.000 imagens, porém não menciona o tamanho do papel digitalizado, de modo que, pela quantidade, infere-se que o tamanho seja A4 e/ou A3.

9ª Inconsistência:

O atestado “TCM-PA 2019_10_01” atesta que a empresa prestou serviços de modernização tecnológica e apoio aos processos [...], atesta que o volume digitalizado foi de 7.080.000 imagens, porém não menciona o tamanho do papel digitalizado, de modo que, pela quantidade, infere-se que o tamanho seja A4 e/ou A3. É importante registrar, também, que parte da quantidade mencionada neste atestado já fora registrada no atestado “TCM-PA 2018_assinado”.

10ª Inconsistência:

O atestado “Y.YAMADA SA COMERCIO E INDUSTRIA” atesta que a empresa prestou serviços na área de impressão distribuída e gestão documental, menciona que a empresa prestou serviços de digitalização, mas não atesta quantidades e tamanhos.

11ª Inconsistência:

O “Atestado_Detrarn_AC_assinado_2018-10-15 18.32.27” atesta que a empresa prestou serviços de modernização tecnológica e apoio aos processos [...], que o volume digitalizado foi de 3.400.000 imagens, porém não menciona o tamanho do papel digitalizado, de modo que, pela quantidade, infere-se que o

tamanho seja A4 e/ou A3.

Por tudo isso, conclui-se que a empresa não comprovou que já tenha executado, de forma satisfatória, todos os serviços que compõem o objeto da presente licitação, conforme exigido no item 21.10 do Edital, o qual exige a apresentação de atestados de capacidade com comprovação de quantidades mínimas de execução para os itens que compreendam, simultaneamente, as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado.

Percebe-se, aliás, que há um padrão nos textos dos Atestados apresentados, cabendo, uma análise dos contratos que originaram tais documentos, a fim de identificar se os serviços prestados possuem características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

Assim, não há que se admitir a habilitação da empresa AMAZON, a qual deve ser imediatamente declarada inabilitada, de modo que seja analisada a documentação da próxima empresa concorrente.

III. DO PEDIDO.

Ante o exposto, requer seja conhecido o presente recurso e lhe seja atribuído efeito suspensivo, e no mérito, seja provido para o efeito de anular o ato que habilitou a empresa AMAZON, uma vez que a empresa habilitada não comprovou que já tenha executado, de forma satisfatória, todos os serviços que compõem o objeto da presente licitação, conforme exigido no item 21.10 do Edital.

Termos em que pede deferimento.

Brasília-DF, 14 de julho de 2022.

Alessandro de Souza Queiroz
CEO da SOS Docs

Fechar